

Em 91, uma dívida de 133 bilhões

1 JUL 1987

VALTER MELO

1 JUL 1987

A dívida externa do Brasil aumentará de US\$ 115,5 bilhões, neste ano, para US\$ 133 bilhões em 1991. Essa estimativa consta do Plano Macroeconômico — elaborado pelo Ministério da Fazenda e Banco Central —, que o presidente Sarney recebeu das mãos do ministro Bresser Pereira, anteontem. O documento, a que O Estado e o JT tiveram acesso ontem, com exclusividade, prevê para os próximos quatro anos que o País manterá a trajetória de crescimento econômico e, em consequência, do nível de emprego. As exportações continuarão em escala de expansão, sob estímulo das desvalorizações do cruzado em relação ao dólar.

O documento, de mais de cem páginas, que a missão do FMI levou para Washington no início desta semana, assinala que o déficit dos estados e municípios atingirá, em 1987, Cz\$ 219,3 bilhões ou 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse total, segundo o Plano Macroeconômico, será integralmente refinanciado junto aos bancos nacionais e estrangeiros. Além disso, as unidades da Federação ainda receberão, até o final do exercício, novos empréstimos no valor de US\$ 100 milhões concedidos pelo Banco Mundial e outras instituições estrangeiras. Os estados e municípios foram ainda beneficiados com saques de US\$ 78 milhões nos depósitos registrados de moedas estrangeiras (DRMES), no Banco Central.

SETOR EXTERNO

No setor externo, o Plano Ma-

croeconômico não tece análises mais profundas, mas traça em um dos gráficos o cenário da dívida externa brasileira de 1987 a 1991, quando os débitos globais do País (a médio e longo prazos) passam de US\$ 115,5 bilhões, neste ano, para US\$ 120,4 bilhões em 1988, para US\$ 123,9 bilhões em 1989, para US\$ 128,1 bilhões em 1990 e finalmente para US\$ 133 bilhões em 1991.

Quanto ao serviço da dívida, o Plano Macroeconômico fixa um per-

fil relativamente otimista. Assim o governo acredita que o montante dos juros que este ano deverá permanecer em 20,2% do total das exportações, cairá gradualmente nos próximos quatro anos, até atingir 14,1% em 1991. Se confirmados esses percentuais, haverá um desafogo nas contas externas do País.

As exportações em relação ao total da dívida também aumentarão segundo o plano. Essa relação será de 21,6% em 1987, subindo gradual-

mente até atingir 26,2% em 1991. Também está embutida a previsão de que o País voltará a pagar parcialmente os juros vencidos a partir do próximo ano. em 20 de fevereiro último, esses pagamentos foram suspensos por prazo indeterminado. Acredita-se que a parcela não refinanciável dos juros que em 1987 ficará em 20,2% em relação às exportações, cairão para cerca de 14% em 1991. Ao estabelecer essa previsão, o governo está apostando numa renegociação

da dívida em termos plurianuais, englobando os juros e o principal.

Outra revelação do Plano Macroeconômico diz respeito às reservas internacionais de caixa (o que está disponível). O plano diz que as reservas, de US\$ 4,6 bilhões em 1987, permanecerão no mesmo nível em 1988, mas subirão para US\$ 7,4 bilhões em 1989, para US\$ 7,9 bilhões em 1990 e finalmente para US\$ 8,6 bilhões em 1991. Ao fazer essa previsão, o governo acredita que as reservas crescerão apesar do superávit de a balança comercial (exportações menos importações) estabilizar-se na razão de pouco mais de US\$ 9,5 bilhões até 1991.

O Plano Macroeconômico é otimista em relação às taxas de juros externas, estimando que no decorrer dos próximos anos, até 1991, as remessas de juros ficarão sempre no patamar de US\$ 10 bilhões.

SUPERÁVITS E JUROS

A projeção dos saldos comerciais abaixo da média anual de US\$ 10 bilhões revela a preocupação do governo de estimular as importações, para manter a taxa média de crescimento do PIB de 7% ao ano, a partir de 1989, e evitar os megasuperávits, reduzindo, dessa forma, as transferências de recursos reais para o Exterior.

As tabelas indicam também que, entre 1987 e 1991, ou seja, durante seu período administrativo, o governo Sarney pagará somente de juros US\$ 51,23 bilhões, ou procurará refinanciá-los através da capitalização, dos novos financiamentos e outras alternativas em estudo.

(Brasília — Ag. Estado)

Parâmetros da dívida externa					
Itens	1987	1988	1989	1990	1991
1. Dívida externa total (US\$ bilhões)	115,5	120,4	123,9	128,8	133,0
2. Juros/exportações (%)	36,0	31,0	29,3	27,6	26,1
3. Juros não refinanciados sobre exportações (%)	20,2	14,3	19,7	14,5	14,1
4. Exportações/dívida (%)	21,6	22,6	22,6	23,8	26,2
5. Reservas (caixa) (US\$ bilhões)	4,6	4,6	7,4	7,8	8,6

Variáveis externas (em US\$ bilhões)					
Itens	1987	1988	1989	1990	1991
1. Saldo de balança comercial	8,60	9,89	9,75	9,65	9,75
2. Saldo da bal. de serviços não financeiros	-2,00	-2,19	2,57	-2,98	-3,41
3. Saldo de transações reais (1+2)	6,60	7,70	7,18	6,68	6,35
4. Serviços financeiros (4.1+4.2)	-10,40	-9,84	-10,09	-10,31	-10,59
5. Saldo do balanço de pag. em trans. correntes (3+4)	-3,80	-2,14	-2,90	-3,63	-4,24
6. Conta de capital	3,80	4,91	3,48	4,25	4,86
7. Variação de reservas	0,00	2,77	0,58	0,61	0,62

DISCRIMINAÇÃO					Em Cz\$ milhões	Em % PIB
	1986	1987	1988	1989		
1ª Relativa à dívida externa	1.544	19.285	—	—	0,2	
2ª Relativa à dívida interna	16.536	111.024	0,5	1,2		
— Mobiliária	6.283	73.152 (6)	0,2	0,8		
— Bancária	9.273(c)	32.482(d)	0,3	0,3		
— Flutuante	1.040	5.390(e)	—	0,1		
3. Antecipação Adicional de receita	—	35.000	—	0,4		
4. Saneamento financeiro dos bancos estaduais	16.018	53.982	0,4	0,5		
5. Total (1+2+3+4)	34.098	219.291	0,9	2,3		
6. Ajuste (critério de financiamento)	-1.040	—	—	—		
7. N.F.L. Conceito Operacional	33.058	219.291	0,9	2,3		

Fonte: Estimativa Sarem/Seplan/Depec/Bacen e CPM/Seplan.

a) Em 1986, foi considerada a rolagem de 75% do serviço da dívida. Em 1987, além da rolagem de 100% do serviço, considerou-se um financiamento externo adicional de US\$ 100 milhões (Bird e outros) e saques de US\$ 78 milhões nos DRMES no Bacen.

b) Supôs-se a colocação líquida de Cz\$ 278 milhões de títulos e rolagem de 100% do principal.

c) Inclui Cz\$ 7,012 bilhões referentes a avisos MF.

d) Supôs-se a rolagem de 100% dos encargos com uma taxa anual real de juros.

e) Idem ao anterior, com taxa média anual de juros de 12%.

f) Líquido de pagamento de encargos do Bacen.